

INDÚSTRIA

Indústria/91: do discurso da modernização ao agravamento da recessão*

*André Luis Forti Scherer***

Desempenho da indústria brasileira em 1991

Neste ano, a indústria brasileira apresentou um desempenho similar ao de 1990, mantendo-se em um patamar reduzido de produção. A prioridade governamental esteve novamente no controle das taxas inflacionárias. Entretanto, apesar dos efeitos corrosivos da política adotada sobre o poder de compra dos assalariados, sobre o nível do emprego e sobre a atividade produtiva, a inflação não foi controlada.

A busca da estabilização da economia atingiu também as possibilidades do projeto de política industrial, esboçado pelo Governo no ano de 1990 e consubstanciado nos documentos do Programa de Política Industrial e de Comércio Exterior e do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Em 1991, foi lançado como corolário o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e formuladas leis para disciplinar a propriedade industrial e a abertura do mercado de informática. A prioridade da política industrial do Governo Collor voltava-se ao incremento das competições interna e externa, com a abertura do protegido mercado nacional e a realização de programas visando à promoção da qualidade e da produtividade da indústria nacional, o que permitiria a ampliação das exportações. Do conjunto de programas proposto, restaram a eliminação de barreiras não tarifárias e o estabelecimento de metas de redução gradativa das alíquotas referentes às importações.

O agravamento da recessão forçou a maior parte das empresas a abandonar seus planos de modernização tecnológica e a priorizarem a administração de problemas mais ligados a sua sobrevivência no curto prazo. Também a recessão americana afetou a "saída" pelas exportações, uma estratégia anteriormente exitosa em épocas de retração no mercado interno. A instabilidade da economia brasileira, a falta de um programa consistente de financiamento da modernização proposta e as fracas perspectivas imediatas do mercado interno resultaram em redução drástica dos investimentos. Como mérito governamental, cabe ressaltar o debate que seus programas geraram em torno de questões antes pouco exploradas, como a qualidade do produto e a redução de desperdícios na produção, embora poucos projetos tenham sido implementados.

* Trabalho elaborado com informações disponíveis até 05.12.91.

** Economista da FEE.

A troca de comando no Ministério da Economia retirou do primeiro plano as questões ligadas à política industrial, deixando-as de lado, à espera de resultados positivos no combate ortodoxo à inflação. A discussão das questões afetas à qualidade e à produtividade foi deslocada para o âmbito das câmaras setoriais, originalmente criadas para o debate em torno de preços. Isso fez com que apenas recentemente o tema fosse retomado, com a montagem de um calendário para discussões com os diferentes setores da indústria durante o final de 1991 e início de 1992. Mesmo com a menor importância emprestada pelo Ministro Marcílio à questão da política industrial, houve a seqüência do programa de abertura da economia e a continuidade das isenções de impostos para a importação de uma infinidade de produtos, principalmente intermediários.

Na esfera da produção, o ano de 1991 começou com a continuidade da recessão iniciada em outubro de 1990 e que se agravou a partir de dezembro. Até o mês de março deste ano, a produção manteve-se em um patamar extremamente baixo, com reflexos sobre o nível de emprego. Nesse período, a produção da indústria de transformação correspondeu à mesma média de 1981. Esse deprimido nível de atividade decorreu da adoção de uma política monetária austera em um período de inflação ascendente, com os salários reais experimentando forte queda no período. O aumento da recessão, com a perda do poder de compra dos salários conjugada à elevação da inflação, aumentou em muito o grau de incerteza quanto às possibilidades de uma política de estabilização baseada na elevação das taxas de juros e na retração da demanda. Nesse período inicial do ano, gêneros como mecânica, química e material de transporte apresentaram fraco desempenho, reduzindo as taxas de crescimento da indústria geral.

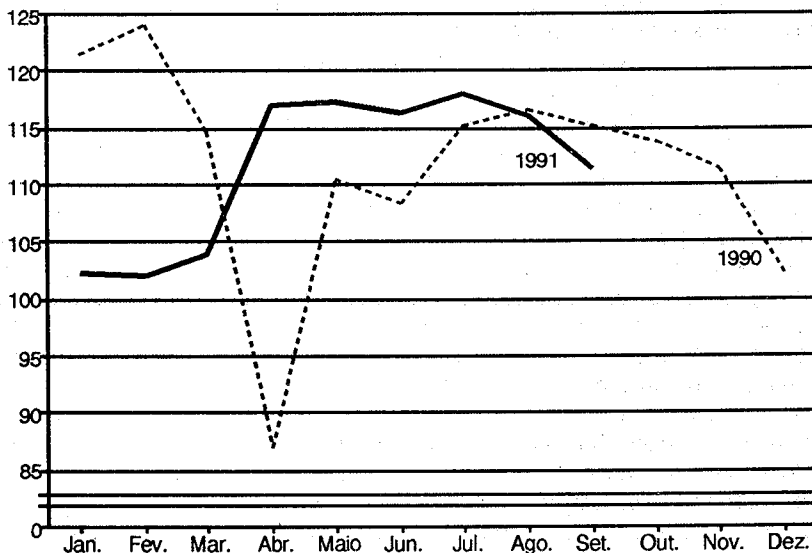
Em 31 de janeiro, o Governo lançou o Plano Collor II (PC II), que previa novo congelamento de preços. Como os demais planos desse tipo, num primeiro momento seu efeito sobre a produção foi negativo, e isso se refletiu na pequena atividade de fevereiro. Quando de sua edição, o PC II vinha acompanhado de um forte ajuste das tarifas públicas, o que impediu a queda imediata do nível de preços e desorganizou a produção. Em março e abril, os preços cresceram menos, abrindo espaço para um reaquecimento da atividade industrial.

A partir do mês de abril, a produção industrial iniciou um movimento de recuperação que mudou o patamar do nível de atividade na indústria, como pode ser visto no Gráfico 1. Entre os fatores citados como causadores dessa recuperação, estavam o próprio congelamento de preços em um momento de reposição de estoques por parte do comércio e o pequeno aumento do salário real, ocasionado pela política de abonos do Governo Federal, bem como por antecipações e reposições salariais em muitas empresas. A partir de junho, existiram fatores que mantiveram o nível de atividade, como a formação de estoques por parte das empresas, prevendo uma maior demanda no segundo semestre devido a expectativas positivas quanto à liberação dos cruzados novos retidos quando do Plano Collor I. Com isso, a produção industrial cresceu 13 pontos percentuais em abril frente a março, atingindo um nível que se manteve até o mês de agosto.

Essa recuperação, em virtude das características de suas causas, refletiu-se basicamente no setor de bens de consumo. Gêneros como produtos alimentares, têxtil, farmacêuticos e papel e papelão tiveram expressivo crescimento. Também a produção de veículos começou a crescer e atingiu, em julho, seu ponto máximo de 1991. A produção de autoveículos teve, neste ano, uma recuperação em relação a 1990, devendo ultrapassar a casa de um milhão de unidades produzidas. Os produtos de matérias plásticas tiveram um melhor desempenho em abril e maio, devido à reativação da demanda por embalagens.

GRÁFICO 1

**ÍNDICES DESSAZONALIZADOS DO DESEMPENHO
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA — 1990/91**



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm por base a média de 1981=100.

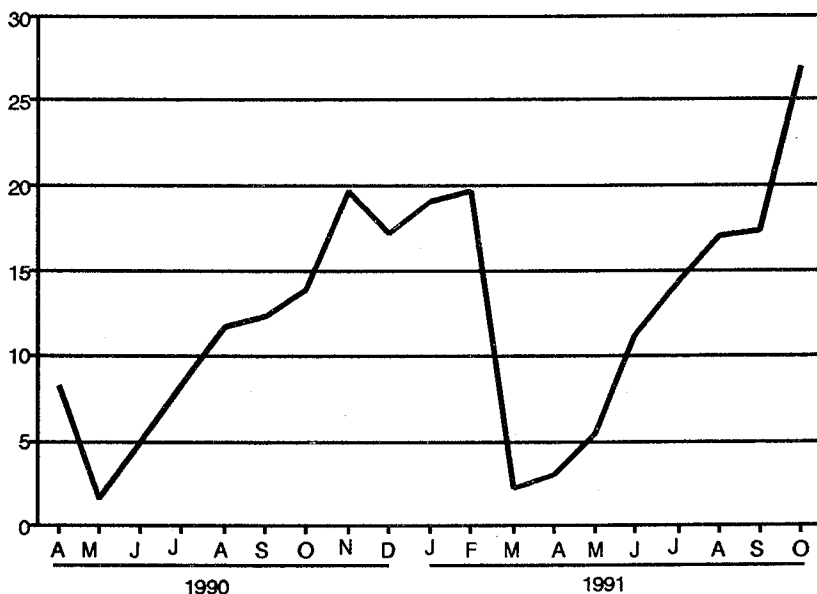
É importante ressaltar que a produção geral, embora experimentando uma recuperação, não atingiu o nível observado antes do Plano Collor I, em janeiro e fevereiro de 1990. Ainda assim, na comparação com o período de abril a julho do ano anterior, a pequena reativação ocorrida em 1991 levou-a a um desempenho superior, em virtude principalmente das diferentes características que marcaram os dois planos de estabilização do Governo Collor.

A partir do mês de agosto, ocorreram novas quedas no nível da atividade industrial, em uma situação muito semelhante àquela do final de 1990. O indicador de produção do IBGE caiu 1,2% em agosto e 4,1% em setembro relativamente aos meses anteriores, com o que se caracterizou a reversão do movimento de recuperação ocorrido entre abril

e julho. As causas que determinaram essa recuperação estavam esgotadas. Com o descongelamento, houve o crescimento acelerado dos preços industriais a partir de junho, como pode ser visto no Gráfico 2. Frente ao crescimento da inflação, a equipe econômica optou por uma política monetária restritiva, acompanhada de uma queda no salário real, com a rejeição de sua indexação às taxas ascendentes da inflação. Esse quadro levou a uma explosão das taxas de juros em meados de agosto, fato que frustrou as expectativas de aumento da demanda com a devolução dos cruzados retidos, os quais acabaram no próprio sistema financeiro ou foram usados para o pagamento de dívidas anteriormente contraídas. Aumentou também a incerteza na economia, com expectativas de novo choque econômico para controlar o crescimento da inflação, o que terminou não se confirmando.

GRÁFICO 2

VARIAÇÃO PERCENTUAL MENSAL DO ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA — ABR/90-OUT/91



A elevação dos juros, conjuntamente à queda na demanda, pressionou o caixa das empresas a partir de agosto, e estas se viram obrigadas a diminuir a produção, com redução do nível de emprego e antecipação de férias coletivas em muitas delas, principalmente nas dos gêneros mecânica e eletroeletrônica. Nesse período, as indústrias estavam com estoques elevados devido à não-confirmação de sua previsão de demanda para o segundo semestre do ano. No último dia de setembro, o Governo desvalorizou o cruzeiro em 16,2%, para fazer frente à queda do saldo comercial. Isso elevou o nível de preços em outubro, conforme mostra o Gráfico 2.

A 101ª **Sondagem Conjuntural da Indústria**, promovida pela Fundação Getúlio Vargas, no mês de outubro (1991), traz dados que mostram o comportamento da indústria no terceiro trimestre do ano e algumas previsões para o quarto trimestre.

Os dados da Tabela 1 confirmam a defasagem ocorrida no terceiro trimestre entre produção e demanda, que resultou na ampliação dos estoques em muitas indústrias. Isso pode ser observado pela diferença de saldo líquido nas respostas sobre produção e demanda. Enquanto a maioria das empresas afirmou ter aumentado sua produção no período de julho a outubro — resultando uma diferença global de 43% —, a demanda teve um saldo líquido de crescimento de 32%. Esse fato provocou o aumento das empresas estocadas, que tiveram saldo líquido de respostas de 13%, apontando maiores estoques nesse período. Entre os setores que detinham os maiores estoques em outubro, encontravam-se os de eletrodomésticos, tecidos de algodão, tratores e máquinas agrícolas e mobiliário. Com exceção do setor de máquinas agrícolas, que teve péssimo desempenho durante todo o ano, os demais ressentiram-se da queda da demanda extemporânea, em um período de produção sazonalmente alta.

Tabela 1

Comportamento dos indicadores da indústria de transformação,
segundo a 101ª Sondagem Conjuntural, no Brasil—out./91

(percentagens ponderadas das respostas)

PERÍODOS	PROCURA GLOBAL			ESTOQUES			PRODUÇÃO			PREÇOS		
	+	=	-	+	=	-	+	=	-	+	=	-
3º trim./90	61	21	18	23	16	25	64	22	14	74	23	03
4º trim./90	21	17	62	30	10	23	20	22	58	75	17	08
1º trim./91	23	22	55	20	14	34	20	16	64	72	19	09
2º trim./91	68	20	12	23	17	28	70	17	13	72	21	07
3º trim./91	53	26	21	31	16	18	58	27	15	87	10	03
4º trim./91 (1)	25	35	40	-	-	-	30	36	34	82	16	02

FONTE: FGV.

NOTA: Existem empresas que operam normalmente sem estoques.

(1) Previsão.

A previsão apresentada pelas indústrias no que se refere ao desempenho do quarto trimestre foi substancialmente modificada com relação ao apontado para o terceiro. O cenário esperado é de menores produção e demanda. Entretanto 82% das indústrias pesquisadas ainda acreditam em elevação dos preços, e apenas 2% apostam na sua redução, mesmo com a perspectiva de menores vendas. Ao que parece, o ajuste dar-se-á sobre o nível de produção, estando prevista diminuição da mão-de-obra empregada para 23% das indústrias pesquisadas, enquanto apenas 9% prevêem aumento do número de empregados nesse período. Essas previsões pessimistas dos industriais tiveram respaldo na política governamental para o período, que seguiu apresentando taxas de juros elevadas, baixos salários e crédito restrito. Assim, a expectativa é de que a indústria brasileira termine o ano de 1991 com uma produção equivalente à de 1990. Até setembro próximo passado, a queda na produção industrial era de 0,5%. O gênero com pior desempenho foi mecânica, cuja queda estava em 14,4% até setembro e tinha como causa a redução do nível de investimentos, o que ocasionou a má "performance" dos bens de capital neste ano. Até agosto, sua produção havia decrescido 10,6% em comparação com o mesmo período de 1990. Seu desempenho tem sido prejudicado, também, pela falta de linhas de longo prazo para o financiamento às exportações, fundamentais para as possibilidades de venda desse tipo de bem ao mercado externo.

Para 1992, a perspectiva é de manutenção da política de contenção da demanda como principal instrumento de combate à inflação. Essa intenção está expressa na Carta enviada pelo Governo brasileiro ao FMI, onde são colocadas a continuidade da política de juros altos e a não-indexação salarial como pontos fundamentais para o êxito da política antiinflacionária. Em princípio, apenas uma elevação substancial na taxa de inflação pode alterar os rumos dessa política, uma vez que seu custo social elevado não poderia ser justificado em um contexto de crescimento acelerado das taxas inflacionárias. Nesse quadro, a estratégia da indústria nacional deve ser de sobrevivência, usando a continuidade de suas operações em mais um ano difícil.

Desempenho da indústria gaúcha

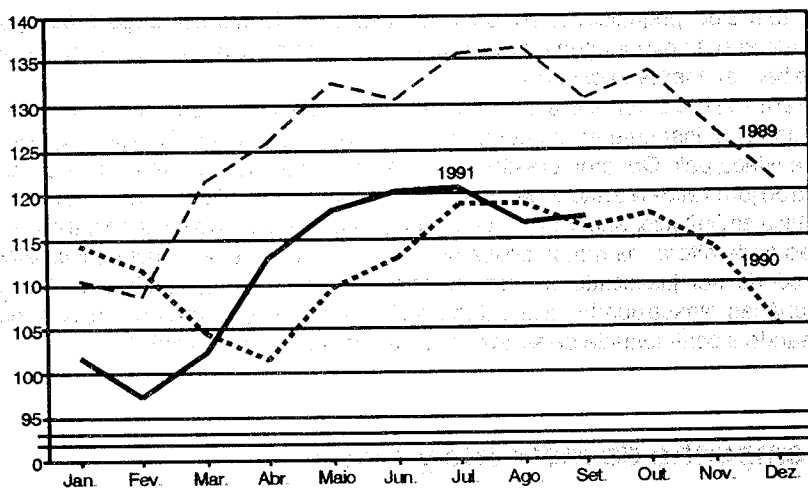
A indústria gaúcha apresentou neste ano uma "performance" que pode ser dividida em três fases. No bimestre inicial, a atividade industrial atingiu seu nível mais baixo desde 1989. Numa segunda etapa, entre março e julho, o Índice de Desempenho Industrial (IDI) revelou uma recuperação sustentada, que reduziu seu ritmo a partir de junho. Em uma terceira fase, no mês de agosto, foi interrompido o crescimento, com uma nova queda e a manutenção desse patamar em setembro.

A sazonalidade da indústria gaúcha apresenta diferenças com relação à da indústria brasileira, devido ao peso relativo da agroindústria e à influência das safras agrícolas para o desempenho industrial do Rio Grande do Sul. Para este, o período mais forte é tradicionalmente o segundo trimestre, quando ocorrem a colheita e a comercialização da safra. Esses fatos influenciam a atividade industrial tanto pelo lado da oferta — aceleração da produção das agroindústrias — como pelo lado da demanda, que, no interior do Estado, é aquecida com a comercialização da safra. Já para a indústria brasileira, o maior nível de produção localiza-se no terceiro trimestre, em face das encomendas para as festas de fim de ano.

É interessante notar no Gráfico 3 que, em 1990, os efeitos do Plano Collor I fizeram com que o comportamento da indústria gaúcha se assemelhasse ao da nacional; pois o terceiro trimestre foi o mais forte. Em 1991, houve uma volta à sazonalidade tradicional, com o segundo trimestre sendo o de maior produção.

GRÁFICO 3

ÍNDICE DE DESEMPENHO INDUSTRIAL DO RS — 1989/91



FONTE: FIERGS.

NOTA: Os dados têm como base a média dos anos de 1980-81=100.

No primeiro bimestre, a indústria gaúcha registrou uma queda de 11,95% no IDI, em comparação com o mesmo período de 1990. As vendas da indústria foram 21,50% menores nesse período. Os gêneros com pior desempenho foram material elétrico e de comunicações e material de transporte, com decréscimo nas vendas de 83,05% e 54,02% respectivamente. Com bom desempenho aparecem calçados e produtos alimentares, que aumentaram suas vendas em 14,37% e 4,47%.

Em março, a indústria experimentou uma primeira recuperação, com variação positiva do IDI de 5,40%. Nesse mês, a distribuição de vendas por gênero apontava a indústria química e a indústria de produtos alimentares, como as de maior participação, com 21,4% e 19,6% respectivamente. Em abril, ocorreu o maior crescimento do IDI com relação ao mês anterior do ano, 10,30%. Nesse mês, as vendas da indústria mostraram-se positivas no acumulado do ano (4,93%). Repercutindo o Plano Collor II, os bens de consumo, como fumo, produtos alimentares, calçados e vestuário, tiveram altas expressivas nas vendas, que se elevaram a um patamar superior ao do período de janeiro a abril de 1990. Em contrapartida, gêneros como mecânica e metalúrgica apresentaram vendas inferiores às do ano anterior, demonstrando que a incerteza quanto ao futuro da economia impedia uma retomada decidida dos investimentos. Maio foi o último mês de crescimento significativo do IDI no ano, com alta de 4,68%, a qual levou a variação acumulada no ano a uma queda de 1,66%, bastante inferior aos 11,95% registrados em fevereiro, o que mostra a recuperação ocorrida nesse período.

Os meses de junho e julho ainda mostraram um IDI positivo, mas sem o mesmo ritmo de crescimento dos meses anteriores, com taxas de 1,71 e 0,39% respectivamente. O desempenho acumulado até julho igualou-se ao de 1990, com queda de apenas 0,01%. A indústria química tinha apresentado, até junho, aumento nas vendas de 13,53%. No primeiro semestre, suas vendas ao Exterior cresceram 118,74%, na busca de uma compensação à queda de 28,15% nas vendas para outros estados brasileiros.

No mês de agosto, o IDI interrompeu sua etapa de crescimento, com uma queda de 3,24%. Com o aumento da inflação e a queda do poder aquisitivo, as variáveis compras e vendas foram 7,32 e 6,68% menores e influíram decisivamente para a diminuição do índice. Em setembro, apesar do agravamento da recessão e da elevação das taxas de juros, o IDI apresentou um crescimento de 0,47%, devido ao aumento do salário médio de 14,09%, com a incorporação dos abonos concedidos em agosto e setembro. No ano, os salários apresentaram um crescimento de 3,98%. As variáveis ligadas à produção tiveram desempenho negativo no mês. As compras e as vendas caíram, respectivamente, 9,62% e 4,39% em setembro frente a agosto. O consumo de energia elétrica na produção apresentou queda de 7,06%. Isso demonstra a continuidade do quadro recessivo que já estava delineado em agosto. Um dado importante na pesquisa de setembro é o aumento da participação das despesas financeiras no valor total das vendas com relação a agosto, passando de 18,99 para 27,11%. No ano como um todo, o comportamento das compras da indústria apresentou-se superior ao das vendas, com 2,26 e 0,49% acumulados respectivamente. Isso evidencia também, no Rio Grande do Sul, um processo de aumento dos estoques das indústrias. Assim, a perspectiva é de menor produção no último trimestre, uma vez que as dificuldades para aumentar as vendas persistem.

Quanto às exportações na indústria gaúcha, estas haviam crescido 51,42%, enquanto as importações aumentaram 39,31% até agosto de 1991, em decorrência da abertura da economia, possibilitando acesso a insumos e matérias-primas produzidas no Exterior. Já os gêneros que mais ampliaram suas exportações foram justamente os que enfrentaram maiores dificuldades para vender seus produtos no mercado interno. Assim, as indústrias têxtil, de fumo e de calçados apresentaram os aumentos mais expressivos nas exportações e fortes quedas nas vendas internas. Por outro lado, gêneros como alimentação e bebidas, com bom desempenho no mercado nacional, diminuíram suas exportações com relação a 1990. É importante ressaltar que a recessão americana e a defasagem cambial, que persistiu durante quase todo o ano e

não foi totalmente compensada pela desvalorização do final de setembro, foram fatores impeditivos para uma maior competitividade das exportações industriais gaúchas.

Para o próximo ano, as expectativas voltam-se para os efeitos do pacote agrícola e da maior liberação de recursos para a modernização da agricultura, o que pode influenciar positivamente o desempenho da indústria gaúcha de máquinas agrícolas, bem como, a partir de uma maior safra, a própria indústria do Estado como um todo. Entretanto as restrições macroeconômicas anunciadas para 1992 devem afetar a produção da indústria gaúcha, que necessitará buscar mercados no Exterior para manter o emprego e a produção, caso as promessas de aperto do Governo Collor se concretizem. Até agora, o Presidente que prometeu levar o País ao Primeiro Mundo, devido ao seu programa recessivo de estabilização, não conseguiu sequer trazer a produção ao nível do último ano do fracassado Governo Sarney. Seu discurso de modernização materializou-se na perda de 11,24% dos empregos industriais até setembro de 1991, conforme dados da FIERGS.

Bibliografia

SONDAGEM CONJUNTURAL (1991). Rio de Janeiro, FGV/IBRE, n.101, out.